

*O meio como ambiente:  
da emergência às críticas de um conceito*

*The medium as environment:  
from emergency to criticism of a concept*

*El medio como ambiente:  
del surgimiento a la crítica de un concepto*

Carlos Francisco Gerencsez Geraldino  
Universidade Estadual de Campinas  
carlosgeraldino@gmail.com

---

**Resumo**

Este artigo tem como objetivo problematizar o conceito de meio ambiente presente no corpo teórico da geografia brasileira. A emergência do discurso ambiental a partir de meados do século passado trouxe ao vocabulário dos geógrafos o conceito de meio sob o rótulo de meio ambiente e, apesar de essa nova designação ter se espalhado na ciência geográfica, sofreu, por contrapartida, uma quantidade considerável de críticas relativas à sua consistência epistemológica, bem como às suas reais intenções sociais. O que se segue, portanto, é uma análise da presença desse conceito no campo institucional da geografia brasileira e das críticas que recebeu por parte de uma gama seleta de geógrafos.

**Palavras-chave:** conceito; meio ambiente; geografia; epistemologia.

---

**Abstract**

This article aims to discuss the concept of environment present in the theoretical field of Brazilian geography. The emergence of the environmental discourse from the middle of the last century brought to the vocabulary of geographers the concept of medium under the label environment and, although this new designation has become widespread in geographical science, suffered, by contrast, a considerable amount of criticism of his epistemological consistency, as well as their social intentions. What follows, therefore, is an analysis of the presence of this concept in the institutional field of Brazilian geography and the criticism it received from a select range of geographers.

**Keywords:** concept; environment; geography; epistemology.

---

**Resumen**

Este artículo tiene como objetivo discutir el concepto de medio ambiente presente en el campo teórico de la geografía brasileña. El surgimiento del discurso ambiental desde la mitad del siglo pasado trajo el vocabulario de los geógrafos el concepto de medio bajo el sello del medio ambiente, y aunque esta nueva designación tiene muy extendido en la ciencia geográfica, sufrió, en contraste, una cantidad considerable de la crítica de su consistencia epistemológica, así como sus intenciones sociales. Lo que sigue, por lo tanto, es un análisis de la presencia de este concepto en el ámbito institucional de la geografía brasileña y las críticas que recibió de una selecta gama de geógrafos.

**Palabras clave:** concepto, medio ambiente, geografía, epistemología.

---

## Introdução

É interessante observar que as pesquisas que se prestam a investigar conceitos, autores e propostas teóricas estão se fazendo em uma proporção considerável nos últimos tempos, principalmente após o surgimento, em meados do século passado, da crítica ao excessivo empirismo da Geografia Tradicional feita, principalmente, pelas escolas neopositivista e marxista. Faz-se fato o crescente interesse pelos campos em epistemologia, ontologia e história do pensamento em diversos fóruns de debate de nossa disciplina; sendo a produção acadêmica nestes estrados representada por uma gama de trabalhos que versam sobre, por exemplo, conceitos e categorias tais como espaço (SANTOS, 2002), tempo (SALVI, 1992), região (LENCIONI, 1999), paisagem (SCHIER, 2003), território (SOUZA, 2001), lugar (HOLZER, 2003), geopolítica (COSTA, 1992), natureza (CARVALHO, 1991), bem como de trajetórias intelectuais de autores clássicos e de demais temas denominados por teóricos ou metodológicos.

Nesse bojo, algo que chama a atenção é ausência de trabalhos que se referem ao conceito – muito utilizado, porém pouco referenciado – de meio. Sobre esse, Silva (1979, p. 79) aferiu: “meio – ideia sempre obscura nos estudos geográficos”. Tal obscuridade da qual se refere o autor não está resguardada em sua forma, mas sim, em seu conteúdo. Afinal, não é raro, durante a leitura de textos acadêmicos ou didáticos versando sobre geografia, depararmos com o termo *meio*. Aparecendo quase que despercebido aos olhos faz-se, também, sempre bem compreendido na conjuntura de seu uso. Na maior parte das vezes não aparece só, como meio em si, mas vem acompanhado de algum tipo de adjetivação ou complemento, tais como: meio urbano, meio rural, meio intelectual, meio natural, meio físico, meio ambiente, meio geográfico, meio escolar, meio técnico, meio social, meio acadêmico, enfim, certamente conseguiríamos preencher muitas páginas se não nos detivéssemos e entregássemos somente a fácil tarefa de lembrar e citar seus pares. Todavia, dentre todas essas formas adjetivadas do conceito, uma desponta. Sem dúvida,

se há algum dos tipos que se faz mais presente no discurso produzido pela geografia brasileira este é o de meio ambiente. A ponto de que se um palestrante desavisado enunciar a palavra meio, sem muito se especificar, certamente haverá a boa chance da maioria dos ouvintes no auditório o interpretarem como alguém preocupado com as questões que envolvem as ações depredatórias humanas sobre a natureza. Mas, então, *meio* e *meio ambiente* não seriam a mesma coisa? Bem, se optássemos por uma resposta afirmativa resolveríamos uma série de problemas relativos ao conteúdo teórico do termo meio, porém, não conseguiríamos nos safar de cair em outro grande problema que pode ser enunciado com a pergunta: O conceito meio trata apenas daquilo que concerne à interferência humana na natureza? Ou melhor, o conceito meio é próprio da questão ambiental? Ora, bem sabemos que não. O conceito meio é anterior e mais abrangente do que a questão ambiental, embora não deixe de estar presente nela como um conceito-chave (GIANNUZZO, 2010).

Assim sendo, a pergunta que emerge como mote das próximas páginas é: Como é entendido o conceito de meio matizado pela questão ambiental no contexto da Geografia brasileira? Este presente artigo, portanto, tem como principal objetivo problematizar o conceito de meio em sua faceta ambiental a partir da análise da emergência desse discurso no corpo teórico da geografia brasileira, que o formatou sobre o rótulo de meio ambiente, bem como, ponderar sobre as críticas, por parte dos geógrafos, que esse termo recebeu.

### **A emergência do meio ambiente**

Segundo Viola e Leis (2002), o ambientalismo brasileiro surgiu na primeira metade da década de 1970 na forma de associações que realizavam campanhas de conscientização pública e denúncia de âmbito local. Já no fim desta mesma década, a escala de abrangência destes grupos se alastrou, atingindo os âmbitos regional e nacional; havendo, também, um considerável aumento da quantidade de pessoas envolvidas nesta empreitada. Os autores comentam que até o ano de 1985, o ambientalismo brasileiro tinha um caráter bissetorial, com os grupos atuando na luta pelo controle da poluição urbano-rural e pela preservação de ecossistemas naturais. Porém, após esta data, passa a ganhar um caráter multissetorial, enraizando-se nas mais diversas instâncias sociais como a política, a econômica e a educativa. Dentre estes setores dos quais o ambientalismo se espalhou, encontra-se o que designaram como o “ambientalismo dos cientistas”, constituído de pesquisadores e instituições que se deram ao estudo dos problemas relativos à apropriação desregulada da sociedade ocidental sobre a natureza.

Apesar da ascensão do discurso ambiental ter atingido o setor científico como um todo – fazendo algumas disciplinas a já avaliarem internamente seu comportamento acadêmico motivado pelo ambientalismo como, por exemplo, a Economia (ROCHA, 2004), a Sociologia (ALONSO & COSTA, 2002; FERREIRA & FERREIRA, 2002; FERREIRA, 2001; VIEIRA, 1992) e a Agronomia (DULLEY, 2004) – ela não o fez de maneira homogênea. Algumas disciplinas se mostraram mais preocupadas com esse assunto do que outras. E duas delas, a Geografia e as Ciências Biológicas, se fizeram como expoentes máximos do ambientalismo científico. Sendo que se a segunda ateuve-se mais ao discurso preservacionista, ressaltando a importância do equilíbrio de ecossistemas naturais, a primeira voltou-se, segundo Vieira (1992), para a análise de três fatores que seriam: 1º a avaliação de impactos socioambientais de políticas públicas; 2º a análise espacial de planejamento; e 3º da repercussão da problemática ambiental em seu próprio campo teórico-metodológico. E é justamente neste último fator que nos concentraremos. Pois é nele onde reside as discussões conceituais que fizeram o *meio* transformar-se em *meio ambiente*. Afinal, como bem observou Suertegaray (2005a), a Geografia, que até então não se referia a “ambiente”, mas sim somente a “meio”, deparou-se após a adentrada do ambientalismo, juntamente com uma nova agenda de pesquisa, também com um novo termo em seu léxico. Segundo Jean-Louis Tissier (1992), o termo *environnement*, por exemplo, só passou a ser mais utilizado na geografia francesa quando George, na década de 1970, o trouxe às discussões ambientalistas relacionando-o ao clássico termo *milieu*.

Certo é que a expressão meio ambiente não precisou do ambientalismo surgido nos fins da década de 1960 para aparecer no discurso geográfico. Esse termo havia sido utilizado por vários outros geógrafos, hoje considerados clássicos, como reflexão sobre as relações entre a sociedade e a natureza. Ocorre, cabe lembrar, que um conceito não é somente feito pela sua designação linguística, mas, também, por seu conteúdo teórico. E por isso que, mesmo que se a forma meio ambiente já havia sido pronunciada na Geografia anterior a qualquer movimento reivindicatório de equilíbrio entre sociedade e natureza, ela não tinha o mesmo conteúdo que teve a partir do momento em que a agenda ambientalista consolidou-se na segunda metade do século passado. A respeito disso, Mendonça afirmou:

[...] os termos ambiente e ambientalismo empregados na atualidade ligam-se a concepções completamente diferentes daquelas do final do século XIX e início do século XX. Se naquele momento estavam atrelados diretamente ao estudo da natureza do planeta, no momento presente ligam-se mais aos graves problemas derivados da interação entre sociedade e a natureza [...] (2002, p. 127).

Falava-se, então, de *meio ambiente* como um sinônimo de *meio*, de *meio geográfico*, de *natureza*, de *espaço*, de *solo* etc. Já, após a década de 1960, o termo meio ambiente adentrou e se estabeleceu num nicho teórico específico na Geografia brasileira, sendo – junto a outros termos, como *ecologia* (MORAES, 2000) – um termo central ao discurso ambiental. Portanto, meio, após essa década, passa a responder também como um conceito sinônimo de ambiente, ou de uma junção entre eles: o meio ambiente; ganhando, em definitivo, nova significação com o movimento ambientalista.

A adentrada do ambientalismo e, conseqüentemente, do conceito meio ambiente na Geografia brasileira, reverberou-se em dois pontos no âmago teórico e metodológico da disciplina. Num primeiro, alastrou-se como nenhum outro tema havia feito no corpo disciplinar. E no segundo, enfrentou duras críticas relativas quanto à sua, na expressão de Moraes (2000, p. 6), “fragilidade epistemológica”. Para melhor entendimento disso, atentemos, respectivamente, aos pormenores de ambos.

Ainda que sem a aceitação plena por parte dos geógrafos, e mesmo sem uma definição clara sobre seus conteúdos teóricos, a agenda ambientalista enraizou-se institucionalmente em nossa disciplina. Se aqui nos faltam dados de um acompanhamento histórico desse processo, temos, em contrapartida, um bom exemplo do quanto ela hoje se faz presente. Em uma pesquisa (GERALDINO, 2006) objetivando verificar a abertura institucional dada à temática ambiental na produção das pesquisas geográficas, analisamos os então 33 cursos de pós-graduação *stricto sensu* de Geografia – alojados na “Grande Área Ciências Humanas” reconhecidos e recomendados, no triênio 2004-2006, pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), órgão vinculado ao Ministério da Educação (MEC) – a fim de identificar o quão inserido estava a terminologia ambientalista, sob seu principal rótulo *meio ambiente*, em suas respectivas linhas de pesquisas ofertadas. Os critérios metodológicos para essa coleta tiveram como referência somente o conceito de meio ambiente, portanto, todas as linhas de pesquisa que traziam um dos dois termos deste conceito foram contabilizadas; foram considerados, por exemplo: “meio ambiente”, “ambiente”, “socioambiental”, “geoambiental”, “gestão ambiental” e “análise ambiental”. Pelo mesmo motivo, alguns termos relacionáveis e muito presentes em situações cuja terminologia “meio ambiente” aparece não foram contabilizados, como por exemplo: “natureza”, “desenvolvimento sustentado” e “geo-ecologia”. Tal cuidado metodológico serviu apenas para não confundir a investigação do conceito meio ambiente com os demais presentes na temática ambiental. E o resultado foi bastante expressivo no que diz respeito ao espraiair deste conceito

nessas instituições de pesquisa. Dos 33 programas conferidos, 25 deles – 75% do universo focado – possuíam linhas de pesquisa que faziam uso da terminologia *meio ambiente*. Como havia programas que contavam com mais de uma linha de pesquisa que fazia referência ao termo estudado, foi possível evidenciar a somatória de 28 linhas de pesquisa que então estavam disponíveis nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* de Geografia no Brasil que atentavam para assuntos diretamente vinculados ao conceito de meio ambiente.

Outro exemplo de caráter empírico da inserção da temática ambiental na geografia pode ser encontrado em Suertegaray (2005b). Nesse, a autora apresenta uma análise da produção de teses e dissertações, do período 2000 a 2003, de 29 programas de pós-graduação em Geografia do Brasil recomendados pela CAPES. Para isso, se preocupou em formar subunidades, ressaltando que para a “[...] definição dos campos temáticos [...] não foi feita a priori, resultou da análise do conjunto de dissertações e teses, portanto, constitui elemento de indicação de tendência” (p. 39). Tal delimitação resultou em cinco áreas de estudos distintas, sendo elas: “Geografia Humana”, “Geografia Física”, “Educação e Geografia”, “Teoria e Método em Geografia” e “Ambiente”. Podemos afirmar, por meio desta pesquisa, que os estudos relacionados com o conceito em questão (“Ambiente”) são de sobremaneira prementes dentro da produção de Geografia no Brasil, pois além de se configurar entre as cinco subunidades propostas pela autora apresenta-se, em números absolutos de teses e dissertações analisadas, em segundo lugar em quantidade com 310 trabalhos, atrás, apenas, da subunidade “Geografia Humana”, esta com 740 trabalhos.

Embora estes dados não sejam inteiramente atuais, seria muito difícil alguém levantar a hipótese que nos últimos anos este quadro teria mudado radicalmente no sentido da redução dos números. É mais provável que numa nova inspeção desta condição indique ou números bem parecidos com estes ou até mesmo um aumento deles. Dessa forma, é plenamente plausível afirmar que hoje em dia há uma grande abertura institucionalmente dada às pesquisas da temática ambiental na Geografia e que, devido a esse fato, tal disciplina está necessariamente relacionada ao *meio ambiente*, fazendo-se responsável pelo uso deste conceito e, por decorrência, utilizando-o e respondendo por ele frente tanto às outras disciplinas, quanto à sociedade em geral.

### **As críticas ao meio ambiente**

Apesar do ambientalismo se fazer, da segunda metade do século passado para cá, como uma exigência quase que inegável e absoluta nas agendas dos diversos setores da sociedade, trazendo consigo e fincando institucionalmente o uso do conceito meio ambiente no discurso geográfico,

não deixou, contudo, de trazer igualmente desconfianças e ressalvas em várias de suas bandeiras de defesa. Se, por um lado, fez-se quase como unanimidade de sua importância temática por haver originado, como apontou Moraes, “[...] a consciência de finitude de certos recursos em situações terrestres” (2000, p. 94), por outro, não aderiu a todos no concernente a sua metodologia e nas suas intenções políticas e sociais. Da mesma maneira que se fez um discurso presente nos diversos nichos sociais, “explodindo” como um tema das ciências sociais nas últimas três décadas (ALONSO & COSTA, 2002), sofreu, em contrapartida, uma gama de críticas – perfazendo, contudo, um número bem inferior em relação àqueles que optaram pela sua pronta aceitação – tanto pelo seu aspecto lato de movimento social, quanto mais amiúde, em relação ao seu conceito-chave. Notadamente, boa parte dessas críticas veio da seara científica e, talvez dessa, poderíamos até elencar a Geografia como a que mais pontuou, justamente por ser ela própria, dentre as disciplinas, uma das que mais se abriu ao tema.

Segundo Moraes (1997), em um “[...] primeiro momento, os estudos sobre a temática ambiental emergiram num plano bastante técnico e só aos poucos se foi afirmando a necessidade de aprofundar a reflexão metodológica e epistemológica” (p. 45), sendo esta “[...] uma área em que, do ponto de vista teórico, ainda estamos Tateando” (p. 46) e que, por isso, “[...] ressentem-se de melhor fundamentação conceitual e de bases filosóficas mais sólidas” (p. 79). Tal tendão de Aquilões teórico que possui o ambientalismo não é algo que se faz apartado da prática dos técnicos – sejam eles geógrafos, biólogos e demais – que trabalham cotidianamente sobre o assunto. Um pensamento precipitado pode sugerir uma dualidade do problema. Colocando os problemas teóricos do ambientalismo separados de sua prática em planos de gestão ambiental, fazendo parecer que tais problemas teóricos sejam apenas picuinhas levantadas por “aqueles que refletem muito e pouco fazem”. Ocorre que a ação só é possível após a reflexão do como irá se agir e aonde irá se agir na realidade. E essa designação do como (metodologia) e do aonde (ontologia) é envolvida de problemas definidos por um encadeamento de resoluções teóricas resguardadas em uma disciplina (epistemologia). A metodologia é produzida em conjunto às atribuições e necessidades do recorte do real e sua ação é direcionada à apreensão dos conteúdos apreendidos neste. As ferramentas de recorte e de colhimento do conteúdo da realidade são, respectivamente, as categorias e os conceitos. Quando estes últimos são inadequadamente elaborados, perdem a verossimilhança, perdem a correspondência com o real, constituindo-o abstratamente, por demasiado diferente do concreto, tornando-o, pois, inócua ao entendimento e, por fim, fazendo com que as ações direcionadas a ele se dêem como ineficazes e equívocas. Esse processo, aliás, foi metaforicamente explicitado com excelência por Gottfried Leibniz, em contundente trecho

selecionado por Milton Santos, a saber: “[...] quando a divisão de nossos pensamentos não é bem feita, ela confunde ao invés de esclarecer. É necessário que um trinchador, ao trincar, conheça as juntas, sem o que ele dilacerará a carne em vez de cortá-la” (SANTOS, 1991, p. 21). Temos um bom exemplo disso quando Xavier da Silva (1995), em texto avaliando a aplicação dos termos utilizados na temática ambiental, relata a imprecisão e o descuido com estes em vários contextos, tais como no ensino de ciências, como também no discurso e práticas dos agentes técnicos e cientistas; em certa altura do artigo, relata que nos:

[...] encontros técnico-científicos relacionados com o ambiente [...] nota-se certa desorientação. Não há linguajar comum, sequer acordo sobre termos básicos, fundamentais, como “ambiente”, “monitoramento”, “gerenciamento”, entre outros. Algumas vezes, nestes encontros, e neste contexto confuso, vicejam propostas mirabolantes, são misturadas ao raciocínio científico concepções poéticas, se apresentam visões místicas ou são feitas tentativas de entender a realidade por meio de percepções mágicas (XAVIER da SILVA, 1995, p. 353).

Se a imprecisão terminológica pode tornar-se prejudicial quando as intervenções, mesmo aquelas que se pretendem positivas, são aplicadas – tanto no ensino, no caso dos professores de Geografia, quanto no gerenciamento ou monitoramento da qualidade ambiental feita por técnicos geógrafos – ela não pode ser de forma alguma uma ação inconsequente. Todos aqueles envolvidos com a temática ambiental devem ter minimamente uma referência conceitual clara para com seus termos chave. Em outra pesquisa (GERALDINO, 2006), por exemplo, feita a partir de 207 números dos principais periódicos de Geografia do país, foram selecionados 94 artigos cujos autores usavam ou no título ou nas palavras-chave a expressão *meio ambiente*. Nesse universo, apenas 20% dos artigos que faziam uso do termo meio ambiente tinham a preocupação em apresentá-lo e defini-lo. Então, 80% dos artigos que tratavam diretamente do termo meio ambiente não explicitavam como o concebiam. Fato que, sem dúvida, contribui em muito com as chances de haver erros de interpretação do referido conceito.

Em específico, o conceito meio ambiente vem sendo pontualmente questionado na Geografia desde o início da inserção do ambientalismo no campo científico. Certos geógrafos deixam claro seu descontentamento tanto com o ambientalismo em geral, quanto com o conceito que o sustenta. É interessante vermos, por exemplo, que há mais de três décadas Tricart dizia que o:

[...] meio ambiente está em moda... Para alguns, falar sobre isto principalmente é esquecer a inação. Para outros o termo impreciso é cômodo, pois permite o palavreado supérfluo. Para dizer a verdade, ele é muito mal definido e, geralmente, não leva a nada. Portanto, é preciso fazer um esforço de método para melhor delimitar os problemas, para colocá-los em termos definidos com maior exatidão. Este esforço é indispensável tanto no plano interno, para permitir à disciplina uma melhor compreensão de seu objeto, quanto no plano externo, para facilitar o trabalho disciplinar. Isto é particularmente imperativo para tudo o que diz respeito ao meio-ambiente, cujos diversos aspectos são abordados por numerosos especialistas de diferentes formações. O risco da cacofonia, da incompreensão é grande, muito grande (TRICART, 1975, p. 5).

Podemos ver que para Tricart, o meio ambiente estaria sendo considerado sem a devida matriz geográfica. Fatores externos a ele, como certo modismo temático, teriam trazido tal conceito à Geografia. E essa adentrada do conceito pelas portas dos fundos o teria deixado com pouca precisão, permitindo o que expressou por “palavreado supérfluo” no trato geográfico da questão ambiental. Fato que igualmente levou George (1973) a se questionar: “o que é meio ambiente? Uma realidade científica, um tema para controvérsia, o objeto de algum imenso receio, uma diversão, uma especulação?” (1973, p. 7); para, compartilhando da mesma opinião de Tricart, reconhecer em seguida: “é tudo isto ao mesmo tempo” (*ibidem*). Já Petrone, em entrevista publicada em 1994, reclama principalmente pela falta de uma epistemologia geográfica do conceito de meio outrora existente. E, em consonância com Tricart e George, o vê afetado por certo modismo pernicioso no processo de ascensão do ambientalismo na academia; em suas palavras, podemos ver que no:

[...] caso particular da Geografia, é um paradoxo que uma ciência que se tem dedicado muito ao estudo das relações entre sociedade e ambiente geográfico, o qual, durante muitos anos, justificou na Universidade a presença de disciplina rotulada *O Homem e o Meio*, não tenha merecido, no caso dos estudos relativos ao meio ambiente, a expressão a que na verdade faz jus. Há certo modismo nas atenções que se tem dado às questões de meio ambiente (PETRONE, 1994, p. 149).

Praticamente seguindo a mesma linha argumentativa, porém, enfatizando que a inocuidade conceitual do meio ambiente não se faz só como um problema encontrado no discurso geográfico, mas nas ciências em geral e na mídia, Christofolletti, por seu turno, afirmou que o:

[...] substantivo “ambiente” e o adjetivo “ambiental” vêm sendo empregados de forma generalizada e ampla, nas lides científicas e jornalísticas, expressando variedade de facetas em sua significação. [...] Para o contexto da problemática ambiental há necessidade de utilizar conceitos definidos de modo mais preciso, com enunciados que permitem a operacionalização através do uso de procedimentos analíticos e critérios de avaliação (1994, pp. 127-128).

Dentre as várias considerações possíveis, o conjunto das críticas desses importantes geógrafos incide praticamente numa mesma tecla, a saber: a falta epistemológica em que o conceito meio ambiente vem se enquadrando no discurso geográfico. E isso, obviamente, não se dá porque a Geografia em sua história não ousou tratar das relações entre as sociedades humanas e seus respectivos ambientes, mas sim, porque a ascensão da temática ambiental em nossa disciplina foi realizada de fora para dentro e, de certa maneira, esquecida do arcabouço teórico construído para o trato desse problema. Assim, o reclame uníssono desses geógrafos é para que haja uma efetiva ligação entre o que a Geografia classicamente já havia feito com os novos conteúdos empíricos da desregulada apropriação humana da natureza. Daí, conceitos como meio ambiente seriam salvos de sua identificada imprecisão, constituindo-se como fortes auxiliares nos caminhos de compreensão e de propostas de solução nos problemas em que ora são tematizados.

Outros geógrafos, também conscientes da falta epistêmica do conceito, optaram por calcar seu discurso em terrenos mais firmes, substituindo o *meio ambiente* pelo conceito de *natureza*. Por exemplo, Damiani (1985), em um estudo sobre a privatização de áreas naturais em Cubatão-SP, salienta logo no início do texto que ousou tratar do conceito meio ambiente sem a preocupação de remeter-se à vasta bibliografia a respeito, vendo esta vinculada em boa parte ao campo das ciências naturais e, por isso, distante do domínio das ciências humanas. Por conseguinte, identifica sem reservas o conceito meio ambiente – segundo sua ótica, desreferencializado nas ciências humanas – ao conceito de natureza para viabilizar seu estudo. Assim, não propriamente faz uma crítica ao conceito de meio ambiente como os demais autores apontados, mas apenas constata a sua falta de embasamento teórico próprio no arcabouço das humanidades. Fato que, a seu ver, não ocorreria com o conceito de natureza.

Carlos (2002), por sua vez, buscou argumentar sobre a confusão, derivada da falta de escrutínio epistemológico, entre os conceitos de natureza e de meio ambiente. Tomando partido dessa discussão ao dizer que há:

[...] uma dificuldade na articulação entre um conhecimento da natureza e da sociedade, que segundo alguns geógrafos, tem na chamada Geografia Ambiental, um momento de superação. Em muitos trabalhos a preocupação com a sociedade parece tomar conta do debate na medida em que os geógrafos se deparam com o problema da deterioração ambiental, mas ainda carecem de uma profunda análise sobre o sentido da análise da natureza, de seus conteúdos, num outro plano. Na ausência deste debate, o termo natureza é substituído pelo “meio ambiente” ou “ambiente” sem que tenha havido um processo teórico de passagem entre as noções de natureza e de ambiente (2002, p. 196).

A autora entende que entre *meio ambiente* e *natureza* há uma diferença que, na maioria das vezes, não se faz explicitada. Porém, ao menos nesse texto, não se propõem a fazê-la, optando, como Damiani (1985), em utilizar com mais segurança o conceito de natureza ao invés de meio ambiente. Já em artigo mais recente argumentando a favor de uma “geografia concreta” baseada na noção de produção/reprodução do espaço, Carlos, voltando a tematizar o conceito de meio ambiente, diz, em certo momento, que entender os processos sócio-espaciais a partir da particularidade dos lugares em diferentes escalas de relacionamento com o mundo permite:

[...] superar a noção de “meio”, que surge reduzida à condição de localização dos objetos, dos atos e ações em seu conjunto na superfície terrestre. Seu sentido se fundaria na ideia de um espaço anterior e exterior à prática sócio-espacial, uma natureza, portanto. Nesse sentido, a noção de “meio ambiente” significaria um recuo conceitual em relação ao conteúdo da noção de “produção do espaço” (CARLOS, 2009, p. 80).

Se suas considerações sobre a noção de meio parassem por aí, poderíamos afirmar, sem dúvida, que a autora se posiciona definitivamente contrária ao uso de tal noção, bem como ao seu respectivo conteúdo, no léxico geográfico. Meio seria, então, algo teoricamente antigo e quando hoje posto far-se-ia como um “recuo conceitual” às novas teorias vigentes. Porém, Carlos (2009), não para por aí. Segue sua argumentação ainda muito bem crítica em relação ao conceito referido, mas já o contextualizando a uma determinada prática e abrindo a possibilidade de renovação do conteúdo do termo *meio* à medida que houvesse uma atenção ao seu trato epistemológico na Geografia. Pelo menos, é isso o que podemos interpretar na seguinte passagem.

Se por um lado a noção de “meio ambiente” parece apontar uma crise ecológica incontestável, por outro lado, essa análise se fecha nos problemas de degradação, que são parte constitutiva da problemática espacial no mundo moderno. Assim, o uso do termo na geografia contemporânea propõe uma inversão que requer a análise profunda – o antigo debate das relações entre a sociedade e a natureza foi reduzido ao abstrato termo meio ambiente como síntese que permite pensar o transmutar-se da ação humana criadora como ação da sociedade produzindo um espaço àquele da sociedade destruidora do meio ambiente. Tal análise profunda enfoca a naturalização dos fenômenos sociais, bem como a redução da ação da sociedade para o Estado. Nesta perspectiva não há produção social, mas meio brindado ao homem, natureza modificada e destruída, não havendo contradição, mas desequilíbrio. Como decorrência desse entendimento, haveria a necessidade de uma ação que exige coerência e, com ela, a restituição da lógica que é a natureza, não da sociedade e de sua história, o que remete às relações formais e não sociais (*ibidem*).

Notemos, se a noção de meio na citação anterior poderia sustentar alguma dúvida na intenção da crítica da autora – já que inicia falando sobre o “meio” e termina dizendo “meio ambiente” – nesse enxerto agora todas as dúvidas se resolvem. Pois, o meio entendido pela autora é claramente identificado como aquele utilizado pelos que enxergam os conflitos da sociedade contemporânea sob a ótica da apropriação desmedida da natureza não tocada, ou seja, dos problemas ditos ambientais. Daí, a Geografia ficando presa a essas questões poderia deixar de compreender outros elementos não menos importantes que, em seu entendimento, estariam adequadamente tratados sob o viés da produção do espaço. Enfim, não queremos adentrar aqui no mérito se a “noção de meio” ou a “produção do espaço” explicaria melhor a realidade, mas apenas nos utilizamos dessa passagem para enfatizar que a noção de meio criticada por Carlos (2009) é aquela vinculada ao ambientalismo e que tal termo, se fosse considerado sob a epistemologia da Geografia, poderia ser resgatado dessas amarras, readequando-o à captação mais ampla que a complexidade do mundo atual pede. Carlos não se propõe a fazer isso nesse texto, segue-o, com coerência, apontado os caminhos para a produção do espaço; porém, também não se mostra, de forma alguma, contrária ao resgate geográfico epistemológico do *meio*, numa tentativa que visasse retirá-lo de seu trato reducionista em que ora se encontra.

Se as apreciações apresentadas até o momento ativeram-se a contestar o conceito de meio ambiente encerrado no plano epistêmico da ciência

geográfica, Vargas (2005) e Rodrigues (2006 e 2009) agregam mais críticas ao vincularem os já evidenciados problemas epistêmicos do meio ambiente ao discurso político. Tendo cada uma um pressuposto, trataram de construir argumentos que não só procuraram desbancar o conceito, mas também todo o aparato que o envolve e que vem sendo institucionalizado politicamente.

Assim, Vargas (2005) dirá que a institucionalização do ambientalismo permitiu remover os problemas relacionados entre a sociedade e a natureza do âmbito político e cultural, ao utilizar-se de termos aparentemente neutros nas intuições e na ciência. O meio ambiente é, segundo a autora, um conceito de natureza empobrecido epistemologicamente por motivos eminentemente políticos. Inspirada na filosofia de Jürgen Habermas, a autora vê a separação do ambientalismo em uma esfera com propriedades independentes da economia, da política e da cultura como uma das criações mais típicas da Modernidade, que seria a progressiva separação da vida social em esferas funcionais, cada qual com suas propriedades e leis constituintes. De tal maneira, quando um geógrafo inicia sua abordagem na realidade – tendo o conceito de meio como referência ao meio ambiente – já estaria sendo extirpado de qualquer possibilidade de contestar de forma ampla e satisfatória os problemas que se propôs resolver. Vargas (2005), portanto, entende o conceito de meio ambiente como uma armadilha política institucionalizada nas ciências com o objetivo de mitigar críticas consistentes ao sistema social. Em sua opinião, somente o amplo resgate do conceito de natureza contribuiria para o fim desse embargo intelectual.

Não muito distante de Vargas (2005), Rodrigues (2006) levanta argumentos contrários ao ambientalismo articulando a sua incapacidade epistêmica aos seus motivos políticos. Assim, nos alude aos riscos da questão ambiental – resolvida como um desenvolvimento que se consiga sustentar – escamotear as “[...] contradições e conflitos de classe transformando-os em ‘conflitos’ entre gerações” (2006, p. 101). E em artigo mais recente, tratando sobre o mesmo tema, conclui que ao:

[...] verificar trabalhos de Geografia observa-se que, no geral, foi incluído mais um tema – o do “meio ambiente” –, mas não houve interpenetração teórica, metodológica e de categorias analíticas das Geografias. A maioria dos trabalhos incorporou os preceitos de documentos oficiais do FMI, do Banco Mundial, condensados no Relatório Nosso Futuro Comum (1991) e Agenda 21 (1996), sem articulação entre as Geografias física e humana, sem incorporação de novas questões teóricas ou metodológicas (RODRIGUES, 2009, p. 167).

Nesta passagem podemos ver que, além de afirmar, como os demais autores aqui apresentados, a falta epistêmica do meio ambiente, Rodrigues entende a temática ambientalista atrelada à incorporação acrítica de ditames de órgãos internacionais, cujo fim último seria a manutenção do sistema social vigente por meio de políticas abafadoras de conflitos. Assim, tanto os argumentos de Vargas (2005) quanto os de Rodrigues (2009) complementam-se apontando os impactos políticos e sociais causados pela propositiva imprecisão terminológica e conceitual do meio ambiente.

De tal modo, podemos dizer que na somatória dos autores apresentados e discutidos, de Tricart à Rodrigues, afora uma ou outra possível e salutar divergência, todos têm em comum algo. E esse ponto pacífico se constitui justamente no alerta aos riscos de se utilizar o conceito de meio ambiente. Deles, uns sugeriram optar por preservar o conceito de meio forjado na nossa disciplina e subsidiar o meio ambiente com o seu conteúdo, outros optaram por substituir o conceito de meio ambiente pelo de natureza, mas todos soam em coro: há graves problemas de vários tipos de ordem com o que se vem chamando de meio ambiente.

### **O meio ambiente e o meio técnico**

Todavia, se há algum autor que se fez epistemologicamente mais interessante, no que concerne ao conceito de meio, ele é Milton Santos. Isso se deve ao fato que além de criticar o conceito de meio ambiente sob a égide do ambientalismo – seguindo praticamente as mesmas linhas argumentativas dos autores citados, articulando, por exemplo, o ambientalismo aos problemas políticos e acadêmicos – tem, também, como objetivo, defender o conceito de meio que se faz tão caro à sua proposta de rede conceitual. Então, para Santos (2003), o conceito meio ambiente subsidiado pela temática ambiental lhe fez trabalhar em dobro, pois além de criticar seu conteúdo, teve que ter o cuidado de procurar preservar sua forma e repô-lo em outros patamares no debate. Assim, critica o conceito de meio ambiente somente em seu conteúdo, mostrando que o conceito de meio tem validade epistêmica na Geografia se fosse considerado pelo caminho da técnica. Ou seja, *meio* para Santos (2003), deve ser entendido como *meio técnico* e não como *meio ambiente*.

A seguir, podemos conferir uma amostra a partir da coleta de quatro passagens – datadas de momentos diferentes, sozinho ou na parceria de Maria Laura Silveira – que bem sintetizam todas as diversas oportunidades que este autor teve de rejeitar, ou de no mínimo aceitar com muitas reservas, o discurso ambientalista e seu termo chave. Santos expunha que o:

[...] termo ‘meio ambiente’ me incomoda profundamente. Não é uma questão corporativa; é que meio ambiente se constitui apenas uma metáfora, portanto não se pode teorizar a partir dessa noção. O que há é o *meio*, que por simplificação chamamos às vezes de meio ambiente [...] (2003, p. 7).

E também que:

[...] muitas visões ecológicas parecem também constituir, hoje, metáforas geográficas de grande aceitação. O enfoque ambientalista, por exemplo, de um lado, renuncia a um enredo histórico para explicar a transformação do meio e, de outro lado, propõe uma visão fragmentária desse meio. A falta de uma perspectiva histórica, que é substituída por uma sucessão ecológica, seria mais uma forma de decretar o fim do grande enredo e de propor uma noção de tempo cíclico alheio às mudanças históricas. É, ademais, uma geografia metafórica e redutora desde que “não existe meio-ambiente diferente de meio” (M. Santos, 1994:4) e, o meio, como categoria abrangente que precisa ser operacionalizada, é desconhecido ou rejeitado (SANTOS & SILVEIRA, 1997, p. 23).

A mediação interessada, tantas vezes interesseira, da mídia, conduz, não raro, à doutrinação da linguagem, necessária para ampliar o seu crédito, e à falsificação do discurso, destinado a ensombrecer o entendimento. O discurso do meio ambiente é carregado dessas tintas, exagerando certos aspectos em detrimentos de outros, mas, sobretudo, mutilando o conjunto (SANTOS, 1998, p. 22).

Quando falamos em meio ambiente, em vez de meio, certos enfoques atuais podem aparecer como reducionistas, na medida em que eles apenas se interessam por um dos aspectos de uma complexa problemática. Por exemplo, uma visão puramente ideológica da questão, uma visão puramente econômica ou uma preocupação exclusivamente tópica (*idem*, 2006, s/p.).

Tais passagens mostram o autor evidenciando a polissemia do meio na geografia brasileira. Contudo, tão logo ao demonstrar tal entendimento dual do referido conceito, não demora em juntar esforços para desqualificar o meio ambiente como algo interessante ao discurso geográfico. Santos (2004) demonstra-se insatisfeito por entender que o meio ambiente é um conceito que foi transposto de outra área do conhecimento científico para o discurso geográfico, sem, no entanto, que houvesse tido a acuidade de *geografizá-lo* a fim de torná-lo operacional em nossa disciplina. Afinal, “[...] à geografia que cabe elaborar os seus próprios conceitos, antes de tentar emprestar formulação de outros campos” (*idem*, 2004, p. 87). O termo meio ambiente afigura-se, então, para o autor, não como um conceito, mas sim, como uma metáfora, pois:

“Conceitos em uma disciplina são frequentemente apenas metáforas nas outras, por mais vizinhas que se encontrem. Metáforas são *flashes* isolados, não se dão em sistemas e não permitem teorizações” (*ibidem*). Isso, por conter em seus interstícios uma lacuna semântica quando se encontra dentro do contexto do discurso geográfico. Tal lacuna deve-se a sua não construção epistêmica a partir da especificidade ontológica da Geografia, mas sim, como sugeriu Suertegaray (2005b), da Biologia; e é desta forma que o conceito meio ambiente pode ter vindo a perder “[...] a sua capacidade de definir pelo próprio fato de migrar” (SANTOS, 1991, p. 46).

Se Milton Santos faz críticas semelhantes a que os outros autores aqui apresentados realizaram, no entanto, aquilo que o torna, ao nosso julgo, mais relevante àqueles interessados sobre os sentidos do conceito de meio presente no discurso geográfico brasileiro deve-se a presença de dois fatores. Um primeiro, já exposto, deriva-se do fato de criticar o conceito de meio ambiente e ao mesmo tempo utilizá-lo com outro conteúdo daquele proposto pelo ambientalismo, um conteúdo provindo da técnica captada em seu sentido amplo. E um segundo, deve-se ao fato que suas críticas sobre o conceito de meio ambiente – e, de certa maneira, de toda a temática ambiental que o sustenta – terem sido objeto de reflexão e de motivação de uma réplica de outro importante geógrafo brasileiro, Carlos Augusto Figueiredo Monteiro. Ou seja, as críticas de Milton Santos fizeram emergir dentro do cenário da geografia acadêmica brasileira uma interessante discussão epistemológica e ontológica sobre a validade do conceito de meio ambiente. Esse debate inaugura-se quando Monteiro (2003) em um depoimento, redigido de forma pessoal, traz uma reavaliação – pois já havia feito uma primeira avaliação em 1981 – da inserção e da importância da temática ambiental à Geografia. Em tal obra, o autor apresenta um primeiro capítulo nomeado *A “Questão Ambiental” na Geografia: uma falsa questão?* procurando contrapor a acusação levantada, principalmente por Santos, de que a temática ambiental não deveria ser objeto de estudo da Geografia. Monteiro escreve este capítulo após se sentir surpreso, como consta na introdução desta obra, com a fala de Souza (1998) que rotulou a questão ambiental como uma falsa questão à Geografia. A referida autora tem aproximações com as ideias de Milton Santos. O próprio Monteiro aponta tal aproximação nesta passagem sobre o episódio mencionado.

Ao intervir no incidente manifestei meu espanto e – talvez imprudentemente – associei a opinião de Maria Adélia a uma filiação ao pensamento de Milton Santos, cultor de uma Geografia puramente ‘Humana’ onde a natureza não tem quase lugar, sendo algo descartável.... E, naquela ocasião, prometi refletir sobre o caso e quem sabe, cometer mais um ensaio, possivelmente rotulado ‘A Questão Ambiental: uma falsa questão na geografia?’ Recordo-me de haver, no calor do momento,

referindo-me a geógrafos obcecados pelo humano e que têm ojeriza pela natureza (MONTEIRO, 2003, p. 11).

Assim, Monteiro – argumentando que a questão ambiental na Geografia já é algo bem fundamentado<sup>1</sup> e que, por isso, não necessitaria uma retomada à averiguação de sua validade ou legitimidade – repassa o questionamento da validade da questão ambiental para Milton Santos e seus seguidores, questionando: “[...] quais os motivos que teriam levado a que alguém viesse a por em dúvida a referida ‘questão’?” (*idem*, p. 13).

O desenrolar desse debate instalado e ainda vigente, foi objeto de uma reflexão em outro trabalho que aqui não haveria a necessidade de retomar (GERALDINO, 2007). O que aqui basta saber é que esse diálogo aberto demonstrou bem a polissemia do conceito meio no cenário atual da ciência geografia brasileira. Pois, mais do que ser constituído de visões diferentes sobre o mesmo conceito, mostrou-se como uma disputa epistemológica pelo conteúdo do *meio*; algo que, para o amadurecimento do discurso científico, é, sobremaneira, salutar. Não seria, então, uma questão de tolerância entre os pares, mas uma verdadeira abertura à discussão. Sendo isso mesmo algo que o próprio Monteiro afirmou.

As apontadas diferenças entre o pensamento de Milton Santos e o meu não querem, de nenhum modo, significar que eu esteja certo. [...] É até bem provável que o pensamento de Milton Santos, e seus seguidores, esteja certo. É extremamente proveitoso que haja divergências de pensamento o que – a meu ver – são sinais de vitalidade da ciência. Há de se desconfiar das “unanimidades” que são indícios de estagnação (MONTEIRO, 2003, p. 15).

Portanto, o debate Santos/Monteiro só se deu por conta de um problema conceitual. Isto é, não haveria prolongamento possível, se Milton Santos, ao criticar o conceito de meio ambiente, sugerisse que esse fosse extirpado do discurso geográfico. Pois, o conceito de meio, para este autor, como dito, é muito caro. As suas considerações teóricas em Geografia formaram uma teia conceitual cujo conceito de meio faz-se nódulo central, talvez, na mesma altura do conceito de *espaço*. O que debatiam era qual o conteúdo geográfico do conceito de meio que utilizavam. Monteiro (2003), argumentando a favor da consideração do meio ambiente como um termo que

---

<sup>1</sup> Afirma isso remetendo, entre outros trabalhos, a dois de seus intitulados “Geografia & Ambiente” (I e II) de 1984 e 1997.

englobasse os aspectos físicos e naturais aos impactos derivados dos anseios da sociedade ocidental; algo, por sua vez, muito próximo de uma geografia socioambiental defendida recentemente por Mendonça (2002). E Santos, por sua vez, defendendo a compreensão do termo meio como um atributo do raciocínio técnico.

### Considerações finais

O que Santos (1998; 2003; 2006), Souza (2001) e Monteiro (2003) iniciaram – como, também, os demais autores que apresentamos – possibilita a construção de elementos visando equacionar, o quanto for possível, o sentido do conceito de meio ambiente na Geografia. Afinal, a abertura para a discussão de conceitos só faz reforçar seu conteúdo enquanto conceito de uma disciplina, e não de algo fruto da cabeça de um autor isolado. Todavia, um adendo deve ser aqui considerado: evidenciar como problema a polissemia de um conceito não é, por contrapartida, o mesmo que alardear a favor da *monosseimização* dele; ficando, assim, uma ciência com seus conceitos presos semanticamente às definições consagradas. Só que, por outro lado, também aceitar a polissemia sem discussão é correr o risco de fragmentar o discurso geográfico. Assim, nestes dois polos opostos, cria-se uma tensão; porém, uma tensão bem-vinda. Posições diferenciadas sempre existirão em qualquer ciência – lugar próprio para isso – ocorre que as diferenças devem sempre ser esboçadas e postas frente a frente tendendo à síntese. Assim, a monosseimia conceitual seria uma totalização em curso, com um fim nunca atingido plenamente; seria uma tendência, um caminho resolutivo de diferentes propostas sobre o mesmo assunto. A partir disso, preserva-se a abertura às novas interpretações sem se correr o risco de impossibilitar o debate entre elas.

Como demonstrado, sem dúvida, o conceito de meio ambiente encontra-se dentro dessa benéfica tensão no bojo da Geografia brasileira. Isso se evidencia, por exemplo, pela atual produção de pesquisas voltadas à análise quantitativa e qualitativa sobre o papel que a abordagem ambiental está cumprindo no corpus teórico-metodológico de nossa disciplina. Dentro as quais, além das já citadas, valem ser ressaltadas as recentes dissertações defendidas por Muniz (2009), Bernardes (2010), Geraldino (2010), Huber (2010) e Biondo (2012). Guardadas suas especificidades de fontes e abordagens, todas se debruçam sobre a análise do impacto que a temática ambiental causou na produção acadêmica da Geografia brasileira nas últimas décadas. Contribuindo, de forma geral, para o amadurecimento teórico do ambientalismo e, em específico, para a precisão terminológica dos conceitos que o sustentam, inclusive, o balizar “meio ambiente”.

Por fim, e na tentativa de sintetizar as afirmações aqui arroladas, podemos dizer que o conceito de meio ambiente ainda deve continuar merecer a atenção por parte dos geógrafos no tocante à sua extremada polissemia. Tal polissemia é fruto de uma larga extensão de significados a ele atribuída resultando, em parte considerável das vezes, numa rasa compreensão de seu conteúdo. Ou seja, dizer “meio ambiente” nos debates realizados dentro da ciência geográfica atual ainda parece ser algo um tanto quanto mais seguro e inequívoco do que pronunciar termos como “espaço”, “lugar”, “paisagem”, “região” ou “território”, pois, estes últimos acarretam por parte do expositor uma explicação prévia de seus significados; ou seja, cobra-se uma precisa definição deles, enquanto esse fundamental procedimento teórico ainda raramente se mostra necessário para quando o primeiro é enunciado. E é exatamente por essa razão que devemos ter por tal “consagrado” termo um esforço de perene revisão epistemológica e ontológica a fim de sempre buscarmos pô-lo em crise – querendo entrever suas raízes e intenções políticas, seguindo, assim, os apontamentos críticos dos geógrafos mencionados aqui no texto – para que de aparente conceito consenso – e, por vezes, até mesmo inócuo – fortaleça-se, mais e mais, como um conceito crítico e fundamentado em nossa disciplina.

## Referências

ALONSO, A; COSTA, V. Ciências Sociais e o meio ambiente no Brasil. *BIB*. São Paulo, nº 53, 2002.

BERNARDES, F. F. *(Meio) ambiente: rompendo paradigmas na produção científica e no ensino da geografia e da biologia*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

BIONDO, E. C. *Ambiente e geografia: um estudo da relação entre espaço geográfico e educação ambiental*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

CARLOS, A. A. Geografia Brasileira, hoje: algumas reflexões. *Terra Livre*, São Paulo, v. I, n. 18, p. 161-178, jan./jun. 2002.

CARLOS, A. A. Da “Geografia Abstrata” à “Geografia Concreta”. In: MENDONÇA, F; LOWEN-SAHR, C; SILVA, M. (org.). *Espaço e tempo*. Curitiba: ADEMADAN, 2009.

CARVALHO, M. *Uma Geografia do discurso sobre a natureza*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

CHRISTOFOLETTI, A. Impactos no meio ambiente ocasionados pela urbanização no mundo tropical. In: *Natureza e sociedade de hoje*. 2ª ed. São Paulo. Hucitec, 1994.

COSTA, W. *Geografia Política e Geopolítica*. São Paulo: Edusp, 1992.

DAMIANI, A. Meio ambiente: privatização da natureza em Cubatão. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, nº 62, 1985.

DULLEY, R. D. Noção de natureza, ambiente, meio ambiente, recursos ambientais e recursos naturais. *Agric.* São Paulo, vol. 51, nº 2, 2004.

FERREIRA, L. C. Sociologia Ambiental, teoria social e a produção intelectual no Brasil. *Idéias*, Campinas, 8(2), 2001.

FERREIRA, L; FERREIRA, L. Águas revoltas. *BIB*, São Paulo, n. 54, 2002.

GEORGE, P. *O meio ambiente*. Trad. Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973.

GERALDINO, C. *O que é meio ambiente?* Monografia (Bacharelado em Geografia) – Departamento de Geociências, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2006.

GERALDINO, C. *Milton e o meio*. Monografia (Especialização em História e Filosofia da Ciência) – Departamento de Filosofia, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

GERALDINO, C. *O conceito de meio na Geografia*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

GIANNUZZO, A. Los estudios sobre el ambiente y la ciencia ambiental. *Sci. stud.*, São Paulo, v. 8, n. 1, mar. 2010.

HOLZER, W. O conceito de lugar na Geografia Cultural-humanista. *GEOgraphia*. ano 5, nº 10, 2003.

HUBER, R. *Ambiência e mitos nos discursos e práticas acadêmicas: uma análise das monografias e dissertações do PPGGeo/UFSM*. Dissertação (Mestrado em

Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

LENCIONI, S. *Região e Geografia*. São Paulo: EDUSP, 1999.

MENDONÇA, F. Geografia socioambiental. In: MENDONÇA, F; KOSEL, S. (org.). *Elementos da epistemologia da geografia contemporânea*. Curitiba: UFPR, 2002.

MONTEIRO, C. A. F. *A questão ambiental do Brasil: 1960-1980*. Série “Teses e Monografias” nº 42, São Paulo, Instituto de Geografia da USP, 1981.

MONTEIRO, C. A. F. Geografia e Ambiente. *Orientação*, nº 5, São Paulo, 1984.

MONTEIRO, C. A. F. A questão ambiental na Geografia do Brasil. *Cadernos Geográficos*. UFSC, nº 5, 2003.

MORAES, A. C. R. *Meio ambiente e Ciências Humanas*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

MORAES, A. C. R. *Capitalismo, Geografia e meio ambiente*. Tese (Livre-Docência em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MUNIZ, R. M. *Geografia, política e meio ambiente – interações e integrações possíveis: uma análise da produção científica do Programa de Pós-graduação do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia/MG (2000 – 2007)*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

PETRONE, P. Pasquale Petrone e a Geografia na USP (entrevista). *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 8, nº22, 1994.

ROCHA, J. M. A ciência econômica diante da problemática ambiental. *Redes*. Santa Cruz do Sul, vol. 9, nº 3, 2004.

RODRIGUES, A. Desenvolvimento sustentável: dos conflitos de classes para o conflito de gerações. In: SILVA, J. B; LIMA, L. C; DANTAS, E. W. C. *Panorama da geografia brasileira II*. São Paulo: Annablume, 2006.

RODRIGUES, A. A abordagem ambiental unifica as geografias? In: MENDONÇA, F; LOWEN-SAHR, C; SILVA, M. (org.). *Espaço e tempo*. Curitiba: ADEMADAN, 2009.

SALVI, R. *O Tempo na Geografia Humana Brasileira como uma Categoria do Método*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

SANTOS, D. *A reinvenção do espaço*. São Paulo: Unesp, 2002.

SANTOS, M. O espaço geográfico como categoria filosófica. *Terra Livre*. São Paulo, nº 5, 1988.

SANTOS, M. *O trabalho do geógrafo no terceiro mundo*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

SANTOS, M. Saúde e ambiente no processo de desenvolvimento. *Ciênc. Saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, 2003.

SANTOS, M. *A natureza do espaço*. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, M. Questão do Meio Ambiente. *Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente* - v.1, n.1, 2006.

SANTOS, M. & SILVEIRA, M. De uma geografia metafórica da pós-modernidade a uma geografia da globalização. *Cultura Vozes*. São Paulo, v. 91, nº 4, ano 91, pp. 14-30, 1997.

SCHIER, R. A. Trajetórias do conceito de paisagem na geografia. *RA'E GA*, Curitiba, n. 7, pp. 79-85, 2003.

SILVA, A. C. *Cinco paralelos e um meridiano*. Tese (Livre-Docência em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979.

SOUZA, M. A. A. Mesa de encerramento do evento *Geografia 2001* – Realizado na Universidade Federal de Sergipe entre os dias 10 e 12 de Novembro de 1998.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E; GOMES, P. C. da C; CORRÊA, R. L. (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SUERTEGARAY, D. Notas sobre Epistemologia da Geografia. *Cadernos Geográficos*. Florianópolis, nº 12, 2005a.

SUERTEGARAY, D. O atual e as tendências do ensino e da pesquisa em Geografia no Brasil. *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo, n. 16, 2005b.

TISSIER, J-L. La géographie dans le prisme de l'environnement (1970-1990). In: ROBIC, M-C (org.). *Du milieu a l'environnement*. Paris: Economica, 1992.

TRICART, J. Variações do ambiente ecológico. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 246, p. 5-16, jul./set. 1975.

VARGAS, G. Naturaleza y medio ambiente. *Revista Geográfica Venezolana*. v. 46(2), 2005.

VIEIRA, P. A problemática ambiental e as Ciências Sociais no Brasil (1980-1990). *BIB*. Rio de Janeiro, nº33, 1992.

VIOLA, E; LEIS, H. O ambientalismo multissetorial no Brasil para além da Rio-92. In: VIOLA, E. (org.). *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania*. São Paulo: Cortez, 2002.

XAVIER DA SILVA, J. X. A pesquisa ambiental no Brasil: uma visão crítica. In: BECKER, B. et al (org.). *Geografia e Meio Ambiente no Brasil*. São Paulo e Rio de Janeiro: HUCITEC, 1995.

---

Carlos Francisco Gerencsez Geraldino

Mestre em Geografia pela Universidade de São Paulo e doutorando em Geografia pelo Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas - IG/UNICAMP - bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP.

Rua João Pandiá Calógeras 51, Campinas-SP, CEP: 13083-870.

E-mail: carlosgeraldino@gmail.com

---

Recebido para publicação em julho de 2013  
Aprovado para publicação em novembro de 2013